

Orcamento de 87 inviabiliza o *programa nuclear*

Se a proposta orçamentária do ministério do Planejamento para a Nuclebrás, no próximo ano, for, efetivamente, de Cz\$ 200 milhões a continuação do programa nuclear aprovada pelo próprio presidente José Sarney, em recente exposição de motivos, ficará completamente inviabilizada. A opinião foi manifestada ontem pelo presidente da Nuclebrás Licínio Seabra, ao participar do encerramento do Colóquio Internacional sobre Segurança de Reatores.

Ele definiu como "alarmante" a situação resultante da proposta preparada pelo Planejamento e informou que, com recursos tão escassos, a empresa não conseguiria passar do final de fevereiro de 1987, sendo obrigada a "fechar as portas".

Alto funcionário do ministério das Minas e Energia deixou claro que o "contexto político" existente nos ministérios da área econômica, especialmente nos do Planejamento e da Fazenda, é desfavorável à identificação de fontes de financiamentos concretos para sustentar o programa de investimentos aprovados pelo presidente José Sarney.

Em outras palavras, a equipe do ministro Aureliano Chaves parece decidida a levar a batalha por recursos financeiros do terreno econômico para o político. Alguns dos seus mais influentes integrantes admitem, agora, que o simples fato de o presidente José Sarney ter assinado um documento oficial que determina a conclusão das obras das usinas Angra II e III não esgotou o problema.

Em junho último, numa "conversa azeda" entre o ministro Aureliano Chaves e o presidente José Sarney ficaram definitivamente oficializadas as principais propostas contidas no amplo relatório preparado pela comissão de reavaliação do programa nuclear brasileiro, incluindo, entre outras, a conclusão das duas usinas (as primeiras do acordo assinado com os alemães). De lá para cá, no entanto, apesar dos estudos detalhados realizados pela Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), durante quatro meses, sobre a situação financeira da Nuclebrás, não foi possível obter a liberação da parcela de recursos — Cz\$ 311 milhões — do orçamento deste ano, correspondente aos aportes do Tesouro Nacional.

Segundo explicou Licínio Seabra, o ministério do Planejamento tem alegado que a liberação dos recursos do Tesouro Nacional está na dependência dos superávits de caixa do governo.

— Assim, os ministérios do Planejamento e da Fazenda acabam com a Nuclebrás — sentenciou Licínio Seabra.